

**RELATÓRIO DA DIRETORIA****CENÁRIO ECONÔMICO**

A manutenção da política econômica do Governo Federal marcou o cenário macroeconômico brasileiro em 2010, sobretudo no que diz respeito aos efeitos das medidas implementadas pelo governo em 2009 na minimização dos efeitos, no Brasil, da crise financeira internacional de 2008/2009. O conjunto de medidas adotadas no referido ano, quando ocorreu aumento dos gastos públicos, redução de impostos sobre bens de consumo e expansão do crédito, reforçam os sinais de que houve um superaquecimento da economia em 2010. Nessa linha, o PIB cresceu 7,5% em 2010 em relação a 2009, a taxa de juros foi elevada de 8,75% em 2009 para 10,75% em 2010, permitindo que a inflação se situasse dentro da faixa estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional de 2,5% a 6,5%, o IPCA fechou em 5,91% e a valorização do Real frente ao Dólar ficou dentro do esperado pelo Banco Central. Influenciado pela desvalorização do dólar e pelo crescimento do consumo, o barril do petróleo sofreu alta ao longo do ano e fechou cotado ao nível de US\$ 91,38/barril. Essa combinação de fatores interferiu diretamente nos preços e nas margens de nossos produtos.

PRODUÇÃO

A produção de LAB atingiu 178 mil toneladas, maior volume de produção da história da Companhia, superior ao ano anterior em 14,1%, enquanto a de LAS atingiu 56 mil toneladas, 1,2% maior quando comparado com 2009, o que permitiu o pleno atendimento do mercado e a manutenção de níveis adequados dos estoques. Em 2010, também foram obtidos os melhores resultados em termos de economia de energia e de matérias-primas, como resultado da busca contínua pela melhoria do desempenho operacional, visando a otimização do consumo de matérias-primas e de recursos naturais (energia elétrica, gás natural e água).

VENDAS

Em 2010, a Companhia atingiu volumes recordes de vendas de LAB e LAS no mercado interno, que expressas em LAB equivalente, apresentaram crescimento de 8,4% em relação ao ano anterior, em linha com o desempenho da economia e com o crescimento do mercado brasileiro de detergentes, crescimento esse atribuído ao continuado movimento de ascensão social e à melhoria do poder aquisitivo das classes C, D e E ocorrido nos últimos anos. As exportações cresceram 17,0% em 2010, fruto de maiores volumes de vendas no mercado *spot*.

DESEMPENHO

O faturamento bruto de R\$ 825,5 milhões foi maior em 10,7% em relação ao ano anterior, em função das maiores vendas de LAB equivalente em 2010, e aumento dos preços do LAB e LAS, em linha com o ocorrido no mercado internacional em virtude dos aumentos dos preços das matérias-primas. O lucro líquido atingiu R\$ 62,5 milhões, bem inferior ao obtido em 2009 (R\$ 132,9 milhões), quando ocorreu ganho excepcional com a discussão judicial sobre tributos. Desconsiderando tal excepcionalidade, o lucro líquido de 2010 teria sido superior ao de 2009.

GESTÃO CORPORATIVA

Diversas ações e programas associados à responsabilidade social e à proteção do meio ambiente, bem como de valorização da força de trabalho e de criação de conceitos de sustentabilidade junto à sociedade, estarão descritos no Balanço Social, a ser publicado em sequência.

A DETEN reitera seus agradecimentos a todas as partes envolvidas em suas atividades: Clientes, Acionistas, Empregados, Fornecedores, Órgãos Governamentais Federais, Estaduais e Municipais, COFIC, ONGs e Comunidades, em especial as vizinhas Camaçari e Dias D'Ávila, pela importante contribuição para as realizações alcançadas em 2010.

BALANÇO SOCIAL 2010**INVESTIMENTO SOCIAL INTERNO**

- **Oficina de Ideias e Inovações** - A DETEN reconheceu e premiou os empregados que apresentaram as melhores ideias e inovações que geraram impactos econômicos ou de relevância organizacional. Dentre as Ideias/Inovações registradas, 26 foram implantadas, das quais 10 foram indicadas para premiação e, destas, 10 foram premiadas.
- **Educação e treinamento** - A Empresa investiu R\$ 296 mil em aprimoramento intelectual de sua força de trabalho. Incluem-se bolsas parciais de estudo em cursos de pós-graduação, mestrado e língua estrangeira.
- **Programa de estágio** - A Empresa manteve sua ação de transferir experiência prática para jovens em formação. Em 2010, técnicos e universitários, representando 7,21% do quadro de pessoal, estagiaram na DETEN.
- **Emprego a portadores de necessidades especiais** - A DETEN, atendendo ao que preconiza a lei, mantém em seu quadro de pessoal portadores de necessidades especiais e empregados reabilitados.
- **Previdência privada** - A Empresa proporciona a seus empregados a participação no Fundo de Previdência Privada IHPREV, que suplementa aposentadorias e pensões, melhorando a qualidade de vida dos seus aposentados e pensionistas. Em 2010, o investimento foi de R\$ 1.345 mil.
- **Programa de Qualidade de Vida** - Como parte do programa, a Empresa ofereceu gratuitamente aos seus empregados vacinas contra Influenza A (H1N1) e Meningite.
- **Alimentação do trabalhador** - A DETEN proporciona alimentação balanceada, cardápio variado e opções de dietas, além de orientação nutricional personalizada para empregados, estagiários e contratados.
- **Transporte do empregado** - A DETEN, participando de *Pool I* de ônibus do Polo Industrial de Camaçari, oferece transporte aos empregados, estagiários e mão-de-obra temporária por meio de ônibus climatizados e em roteiros planejados que gerem o menor tempo possível de viagem.
- **Atendimento odontológico dentro da Empresa** - Em parceria com o SESI - Serviço Social da Indústria, foram realizados, gratuitamente, em 2010, 915 procedimentos odontológicos a empregados, terceiros e estagiários. Vale ressaltar que o consultório odontológico passou a funcionar 3 dias por semana, durante todo o ano de 2010.
- **Coral DETEN** - O Coral DETEN, formado há 23 anos por voluntários de sua força de trabalho, participou em 2010 do FESTICOROS BAHIA EM SALVADOR, e participou do NATAL dos Idosos do Lar São Francisco de Assis, em Camaçari, como parte do programa Arte Solidária.
- **GREDE - Grêmio Desportivo DETEN** - A Empresa investe em apoio ao grêmio de empregados na promoção de confraternizações tradicionais (Natal, São João, Dia das Mães, Dia dos Pais e Dia das Crianças). O GREDE oferece aos associados diversas opções de lazer e convênios com clube social, estabelecimentos comerciais e escolas.
- **Participação nos lucros e resultados** - Em 2010, a DETEN manteve a prática instituída desde 1981 e pagou bonificação de 5,94 salários aos seus empregados, sob a forma de PLR - Participação nos Lucros e Resultados, como parte de seu Programa de Remuneração Variável.

INVESTIMENTOS EM MEIO AMBIENTE, HIGIENE, SAÚDE E SEGURANÇA

Em 2010, foram investidos cerca de R\$ 4 milhões, em projetos de economia energética, confiabilidade das plantas, redução e melhoria da qualidade das emissões atmosféricas.

Em relação a número de acidentes, verifica-se uma redução a cada ano. O número de acidentes pessoais em 2010 foi 20% menor em relação ao ano anterior, contudo houve um afastamento com contratado depois de 5 anos sem este tipo de ocorrência.

Consolidado desde 2009, o **Programa Trilha Segura**, programa de segurança baseado em comportamento humano, objetiva desenvolver na nossa força de trabalho a percepção de riscos através da identificação dos perigos e minimização dos riscos que existem nas atividades e ambientes de trabalho. Em 2010, passou para a fase de amadurecimento e novas melhorias foram adicionadas tanto interna como externamente. Internamente verificou-se maior adesão da força de trabalho na prática das ferramentas que compõem o programa. Pode-se citar como itens relevantes: a alteração da meta da FOCO (Ferramenta de Observação Comportamental), em que maior número de pessoas foram capacitadas para execução da ferramenta; formação de mais especialistas para auxiliar os coordenadores nas investigações das ocorrências (acidentes/incidentes); e acompanhamento/avaliação presencial de todas as reuniões do SIGA (Sistema Integrado de Gestão Avançada) com *feedbacks* imediatos, buscando a excelência dessas reuniões.

Em relação à consolidação externa do Programa, a DETEN disseminou suas práticas em *workshop* realizado em Curitiba, em agosto/2010, onde empresas de vários segmentos foram convidadas para apresentar seus programas e assim fazer o *benchmarking*, trocando experiências. Após este evento, a DETEN já realizou uma visita e recebeu duas das empresas que participaram do *workshop*, a fim de conhecer detalhes das ferramentas do Programa Trilha Segura.

A DETEN cumpriu 94% dos objetivos e metas ambientais, tendo como principais destaques:

- ✓ Proteção do Solo e Água Subterrânea - Revestimento de parte da rede de drenagem de efluente industrial;
- ✓ Programa de emissões fugitivas - Todos os pontos monitorados (mais de 3,7 mil) ficaram abaixo do limite estabelecido;

✓ Responsabilidade socioambiental - Apoio a programas socioambientais.

Programa Efluente Zero (PEZ) - A vazão média, em 2010, atinge um novo recorde (4,2m³/h). Em comparação com a vazão de implantação do PEZ (15m³/h em 2003), o volume de efluente alcança 72% de redução. O PEZ foi indicado em 2008 como caso de sucesso pela CETREL e veiculado pela mídia (Jornal A Tarde e rádios). Vale lembrar que em 2006 este programa recebeu Menção Honrosa no Prêmio Atividade de Melhorias 2006, promovido pelo Grupo CEPISA, Companhia Petroquímica Espanhola, principal acionista da DETEN. Em 2005, foi vencedor do 6º prêmio FIEB de Desempenho Ambiental 2005, na modalidade Produção Mais Limpa e foi classificada em segundo lugar no Prêmio Bahia Ambiental - categoria empresa sustentável, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH) do Governo do Estado da Bahia, nos quais foram reconhecidas as ações ambientais empreendidas por empresas, universidades, ONGs e indústrias.

Foi realizada a **8ª Oficina de Saúde e Meio Ambiente**, com relevante participação dos empregados familiares (estes na Caminhada Ecológica). A Oficina teve como destaque a palestra do Professor Dr. Albertinho Barreto, da Fundacentro, que apresentou orientações sobre como aproveitar o máximo da natureza com o mínimo de impacto ambiental, através da aplicação da Permacultura.

Em comemoração ao **Dia Mundial da Água** (22 de março), a DETEN realizou campanha para empregados e contratadas, com divulgação de cartilha "DETEN preservando a vida" sobre proteção dos recursos hídricos, incluindo projetos e patrocínios da DETEN para preservação da água. A programação incluiu almoço especial com divulgação em pôsteres de projetos e dicas de redução do consumo da água para toda a força de trabalho.

A Empresa manteve-se associada, através de sua empresa controladora CEPISA Química, à **CLER - Council for LAB/LAS Environmental Research** e à **ECOSOL - European Chemical Industry Council**, organizações americana e europeia, respectivamente, voltadas para a contínua pesquisa da compatibilidade ambiental e da biodegradabilidade do LAS, produzido a partir do LAB, principal produto da DETEN.

Foi iniciada a operação da tubovia da Transporto para transporte de toda normal parafina consumida pela DETEN, da ordem de 150.000 toneladas/ano. Eliminou-se, assim, o transporte rodoviário do produto em viagens de caminhões-tanque desde o Porto de Aratu e/ou a Base de Mataripe até a DETEN/Camaçari, equivalente a 1,5 vezes a distância da Terra à Lua por ano. Pode contabilizar um significativo ganho ambiental com a redução da emissão de gases do efeito estufa e a eliminação da queima de combustível fóssil. Além disso, houve elevação da confiabilidade e minimização de riscos de acidentes nesse transporte, bem como a eliminação do processo de carga e descarga de produtos, consequentemente eliminando a emissão de compostos orgânicos voláteis nestas operações.

RELACIONAMENTO COM FORNECEDORES

Dentro do processo de melhoria contínua, que norteia a relação de parceria com os fornecedores, mensalmente é informado a cada um a sua respectiva avaliação resultante do fornecimento de materiais e/ou serviços. Tal instrumento é considerado muito importante pelos fornecedores, pois com esta informação seu planejamento é feito para atendimento dos requisitos (qualidade, pontualidade, capacidade de fornecimento, competitividade, certificações, atendimento as legislações, administração de contratos e aditivos, SSHMA, Medicina Ocupacional, acesso à DETEN, Documentação Fiscal e Trabalhista). Esse *feedback* tem como principal objetivo mapear o perfil de cada empresa e incentivar seu desempenho atual e futuro, perpetuando e fortalecendo a parceria. No ano de 2010, a avaliação média de fornecedores e prestadores de serviço obteve nota 8,64.

INVESTIMENTOS SOCIOAMBIENTAIS EXTERNOS

- A Empresa tem como política o apoio a instituições comprometidas com projetos socioambientais. Em 2010, foram investidos R\$ 550 mil nos seguintes projetos:

TAMAR - Base Arembepe - Apoio ao programa brasileiro de preservação das tartarugas marinhas, com 30 anos de atuação e que tem como missão proteger as cinco espécies de tartarugas que ocorrem no Brasil. Em 2010, **2.298** tartarugas desovaram na área de cobertura da base, resultando na liberação de **157.186** filhotes ao mar. Nesse período, foram registradas 51.123 participações de pessoas nos diversos programas desenvolvidos, sendo: 18.735 visitantes na base, 287 em palestras, 1.093 em eventos comunitários, 2.893 em eventos de soltura dos filhotes, 24.751 em exposições. A comunidade circunvizinha está fortemente comprometida com o projeto, visto que 81% das pessoas envolvidas com o manejo e a preservação das tartarugas são moradores das comunidades costeiras.

Fábrica de Floresas - Corredor Ecológico - Apoio ao INCECC - Instituto Corredor Ecológico Costa dos Coqueiros. Em 2010, foram plantadas 150.000 mudas de árvores típicas da região, parte dessas em áreas degradadas, para recuperação do Anel Florestal do Polo Industrial de Camaçari e sua futura ligação ao Corredor Ecológico. A DETEN patrocinou a realização do Terceiro Seminário de Restauração Ecológica Comunitária e o plantio de 8.000 mudas nas margens da represa Joanes II e a produção de 20.000 mudas para o plantio em 2011.

Programa Menor Aprendiz - A DETEN deu continuidade à sua participação na formação de adolescentes carentes em parceria com a Acopamec - Centro do Menor João Paulo II, associação das comunidades paroquiais de bairros carentes de Salvador (Mata Escura e Calabetão).

A DETEN manteve, em 2010, seu programa de receber a visita de alunos de ensino médio e superior, tendo recebido 162 estudantes em 8 ocasiões em 2010.


BALANÇO SOCIAL 2010

>>>Continuação

• **Projetos com o COFIC - Comitê de Fomento Industrial de Camaçari** - associação que congrega empresas do Polo Industrial de Camaçari e exerce os papéis de articulação e coordenação de ações de natureza coletiva:

Ver de Dentro - Programa de visitas às empresas do Polo Industrial para manter as comunidades informadas sobre as atividades e controles de riscos do Complexo Industrial. A DETEN foi visitada em duas ocasiões, totalizando 62 pessoas entre alunos e professores das escolas Anfrísia Santiago de Dias D'Ávila e Escola José de Freitas Mascarenhas de Camaçari. **Programa de Incentivo à Educação - PIE** - Em 2010, participaram das 82 atividades do PIE (carga horária total de 460h) 393 professores de 86 escolas (58 de Camaçari e 28 de Dias D'Ávila), 03 pais de alunos e 42 funcionários.

DOAÇÕES E AÇÕES DE VOLUNTARIADO

Programa Coleta Seletiva - Como resultado da venda de sucata metálica, foram distribuídos R\$ 12.000,00 (doze mil reais), em quotas de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), por meio do "cheque verde", para uma entidade de Lauro de Freitas: ABPLILF - Associação Beneficente Prol Lar do Idoso; uma de Camaçari: Associação Comunitária de Desenvolvimento de Parafuso e; uma de Salvador: NACCI - Núcleo de Apoio ao Combate do Câncer Infantil. No total foram enviados aproximadamente 15 toneladas de papel, papelão, plástico e vidro para a Cooperativa de Materiais Recicláveis de Camaçari - COOPMARC. O material recolhido é doado a esta cooperativa, que ajuda na subsistência de aproximadamente 20 pessoas, o que tem sido motivo de orgulho para a comunidade interna. Além desses materiais, a DETEN recicla lâmpadas, óleo lubrificante, pilhas e baterias e sucata metálica, entre outros.

Ações de voluntariado - O CORAL arrecadou e doou ao Lar para Idosos São Francisco de Assis, em Camaçari: 175 itens de higiene pessoal, 19 itens de material de limpeza, 13 itens de alimentos e 152 itens de vestuário (roupas e sapatos), como parte do Projeto Arte Solidária.

CERTIFICAÇÕES EM NORMAS INTERNACIONAIS

Certificação e Recertificação - Em abril de 2010, o Sistema Integrado de Gestão Avançada - SIGA da DETEN foi recertificado nas normas Segurança e Saúde Ocupacional (OHSAS 18.001:2007), Ambiental (ISO 14001:2004) e Qualidade (ISO 9001: 2008).

PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

Prêmio Polo de Segurança, Saúde, Higiene e Meio Ambiente - Em março de 2010, a DETEN passou pela auditoria externa com base no Guia do Prêmio Polo do COFIC - Comitê de Fomento Industrial de Camaçari. Das cinco empresas classificadas como EXCELENCIA em SSHMA, a Deten obteve maior pontuação (95,72%), demonstrando a melhoria contínua dos processos de gestão da Empresa e o compromisso com as questões de SSHMA.

A DETEN foi citada espontânea e positivamente na mídia escrita em 10 ocasiões durante o ano de 2010.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais)				
DESCRIÇÃO	2010	%	2009	%
1 - RECEITAS	824.615		739.749	
1.1 - Vendas de produtos	824.607		739.631	
1.2 - Outras Receitas	8		118	
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui ICMS, IPI, PIS e COFINS)	555.259		512.194	
2.1 - Custo dos produtos vendidos	510.484		477.224	
2.2 - Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	40.267		48.684	
2.3 - Perda / Recuperação de valores ativos	(166)		414	
2.4 - Outras - Constituição / (Reversão) de Provisão	4.674		(14.128)	
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	269.356		227.555	
4 - DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	12.089		12.382	
4.1 - Depreciação e amortização	12.089		12.382	
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	257.267		215.173	
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	17.868		42.716	
6.1 - Resultado de equivalência patrimonial	(1)		(29)	
6.2 - Receitas financeiras	17.869		42.745	
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	275.135		257.889	
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	275.135	100,0	257.889	100,0
8.1 - Pessoal e encargos	39.156	14,2	31.515	12,2
8.2 - Impostos, taxas e contribuições	162.279	59,0	158.397	61,4
8.3 - Juros e aluguéis (reversão de provisão)	11.151	4,1	(64.900)	(25,2)
8.4 - Dividendos	59.422	21,6	126.233	48,9
8.5 - Lucros retidos	3.127	1,1	6.644	2,6

BALANÇOS PATRIMONIAIS
 Em 31 de dezembro - Em milhares de reais

ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009		31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3.3)	86.178	1.078	4.842	Fornecedores (Nota 12)	6.465	7.923	6.825
Títulos e valores mobiliários (Nota 4)		258.325	402.631	Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	28.316	13.300	605
Contas a receber de clientes (Nota 5)	66.979	107.711	75.379	Bonificações e comissões a pagar	8.153	5.172	7.467
Estoques (Nota 6)	56.564	43.620	72.503	Obrigações tributárias	6.231	5.726	9.616
Impostos e contribuições a recuperar (Nota 7)	6.911	17.777	6.407	Impostos parcelados (Nota 14 (a))		233.487	
Outros ativos	1.260	1.394	2.040	Obrigações trabalhistas	15.191	10.005	8.728
	217.892	429.905	563.802	Dividendos a pagar	28	129	119
Não circulante				Outros passivos	3.680	1.590	1.838
Realizável a longo prazo					68.064	277.332	35.198
Depósitos judiciais (Nota 14)	41.555	39.462	37.121	Não circulante			
Almoxarifado	6.626	6.629	6.557	Imposto de renda diferido (Nota 16 (c))	3.463	2.952	2.334
Imposto de renda diferido (Nota 16 (b))	3.429	4.767	38.708	Partes relacionadas (Nota 8 (a))	3.756	3.757	3.786
Impostos e contribuições a recuperar (Nota 7)	739	378	285	Provisão para contingências (Nota 14)	1.852	9.871	402.179
	52.349	51.236	82.671		9.071	16.580	408.299
Investimentos (Nota 9)	3.946	5.339	5.369	Patrimônio líquido (Nota 15)			
Imobilizado (Nota 10 (a))	87.790	87.521	87.088	Capital social	213.056	213.056	204.945
Intangível (Nota 10 (b))	4.215	5.132	4.849	Reserva de capital			8.111
Diferido (Nota 11)	358	461	612	Reserva de lucros	37.301	34.174	27.530
	148.658	149.689	180.589	Dividendo adicional proposto	39.058	38.452	60.308
Total do ativo	366.550	579.594	744.391		289.415	285.682	300.894
				Total do passivo e patrimônio líquido	366.550	579.594	744.391

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 Em milhares de reais

	Atribuível aos acionistas					Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva de capital - Incentivo fiscal	Reserva de lucros - Legal	Lucros acumulados	Dividendo adicional proposto	
Em 1º de janeiro de 2009	204.945	8.111	27.530	-	60.308	300.894
Lucro líquido do exercício	-	-	-	132.877	-	132.877
Contribuições dos acionistas e distribuição aos acionistas						
Aumento de capital com reserva (15 b)	8.111	(8.111)	-	-	-	-
Destinação do lucro (15 f)						
Reserva legal	-	-	6.644	(6.644)	-	-
Dividendos intermediários propostos	-	-	-	(87.781)	(60.308)	(148.089)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	(38.452)	38.452	-
	8.111	(8.111)	6.644	(132.877)	(21.856)	(148.089)
Em 31 de dezembro de 2009	213.056	-	34.174	-	38.452	285.682
Lucro líquido do exercício	-	-	-	62.549	-	62.549
Contribuições dos acionistas e distribuição aos acionistas						
Destinação do lucro (15 f)						
Reserva legal	-	-	3.127	(3.127)	-	-
Dividendos intermediários propostos	-	-	-	(20.364)	(38.452)	(58.816)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	(39.058)	39.058	-
	-	-	3.127	(62.549)	606	(58.816)
Em 31 de dezembro de 2010	213.056	-	37.301	-	39.058	289.415

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continua>>>


DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

>>> Continuação

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2010	2009
Operações continuadas		
Receita (Nota 17)	563.468	507.875
Custo das vendas (Nota 2.20)	(426.237)	(383.835)
Lucro bruto	137.231	124.040
Despesas com vendas	29.920	33.373
Despesas gerais e administrativas	17.268	25.491
Honorários dos administradores (Nota 8 (b))	2.607	2.721
Depreciações e amortizações (Notas 10 e 11)	1.072	923
Participação dos empregados e administradores nos resultados	4.731	4.789
Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas (Notas 14 (a), (b), (e))	4.500	(13.832)
Lucro operacional	77.133	70.575
Receitas financeiras (Nota 18)	17.868	42.745
Despesas financeiras (Nota 18)	(10.912)	65.103
Receitas financeiras, líquidas	6.956	107.848
Participação nos lucros de controlada (Nota 9 (b))	(1)	(29)
Lucro antes do imposto de renda	84.088	178.394
Imposto de renda		
Corrente (Nota 16 (a))	(19.690)	(10.957)
Diferido ativo (Nota 16 (b))	(1.338)	(33.941)
Diferido passivo (Nota 16 (c))	(511)	(619)
Lucro líquido do exercício	62.549	132.877
Ações em circulação no final do exercício (em milhares)	99.327.769	99.327.769
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício - R\$	0,63	1,34

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício findo em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2010	2009
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do imposto de renda	84.088	178.394
Ajustes		
Depreciação e amortização (Notas 10 (a) e (b) e 11)	12.089	12.383
Valor residual do ativo imobilizado baixado (Nota 10 (a))	81	(1)
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 9 (b))	1	29
Constituição (reversão) de provisão para contingências, líquida	3.858	(921)
Constituição de provisão para perda com investimento	1.398	
Variações monetárias, líquidas	(2.062)	(73.580)
	15.365	(62.090)
Variações nos ativos e passivos		
Títulos e valores mobiliários	258.325	144.306
Contas a receber de clientes	40.732	(32.333)
Estoques	(12.943)	28.885
Outros ativos	11.900	22.926
Fornecedores	(1.460)	1.097
Obrigações tributárias	505	(3.413)
Impostos parcelados (Nota 14 (a))	(233.487)	
Provisão para contingências	(11.877)	(86.665)
Outros passivos	(4.993)	(22.772)
Caixa gerado pelas operações	146.155	168.335
Juros pagos	(134)	(477)
Imposto de renda pago	(5.266)	(22.784)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	140.755	145.074
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens dos ativos imobilizado, intangível e investimentos (Notas 10 (a) e (b))	(11.419)	(12.948)
Recebimento pela venda de imobilizado	48	101
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(11.371)	(12.847)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização de empréstimos	(37.359)	(605)
Captação de empréstimos	51.959	12.695
Dividendos pagos	(58.884)	(148.081)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(44.284)	(135.991)
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	85.100	(3.764)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3.3)	1.078	4.842
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 3.3)	86.178	1.078

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2010 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações Gerais

A Deten Química S.A. ("Deten" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, que, em 31 de dezembro de 2010, tem como controladores a Petresa Participações Ltda. (69,91% do capital total) e PETROQUÍMICA - Petrobras Química S.A. (27,88% do capital total), com sede no Polo Petroquímico de Camaçari - Bahia. A Companhia tem como objeto social a produção de matérias-primas para a fabricação de tensoativos, detergentes biodegradáveis e produtos químicos em geral, a comercialização de produtos químicos de sua fabricação ou de terceiros, inclusive a importação e exportação e, ainda, a participação em outras sociedades.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria e pelo Comitê Executivo da Companhia em 25 de janeiro de 2011.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais estão apresentadas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 - Base de preparação

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis dos ativos imobilizado e intangível, provisões necessárias para passivos contingentes, provisão para devedores duvidosos, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. As demonstrações financeiras individuais foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

Estas são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas de acordo com CPCs pela Companhia. As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas anteriormente no Brasil (BR GAAP antigo) e os CPCs, incluindo as reconciliações do patrimônio líquido, estão descritas na Nota 21.

2.2 - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem, em 2010, caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras. Em 2009, caixa e depósitos bancários (Nota 4).

As aplicações financeiras, incluídas no caixa e equivalentes de caixa (2009 - Títulos e valores mobiliários), estão registradas aos seus valores de mercado. Esses ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante, face sua liquidez imediata e ausência de restrição de resgate. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro", no período em que ocorrerem.

2.3 - Ativos financeiros
2.3.1 - Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem o "Contas a receber de clientes" (Nota 5).

2.3.2 - Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não

classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.3.3 - Impairment de ativos financeiros
(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada data de balanço se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que podem ser estimados de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.4 - Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (considerado como ciclo operacional da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, serão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para devedores duvidosos "PDD" (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor futuro, a valor justo, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

2.5 - Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou da produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores líquidos de realização. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

Continua >>>


NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2010 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

>>> Continuação

2.6 - Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais são registrados pelo valor efetivamente depositado judicialmente, acrescido das respectivas atualizações financeiras pela SELIC até a data do encerramento do exercício.

2.7 - Impostos e contribuições a recuperar

Os impostos a recuperar são registrados pelo regime de competência de acordo com as operações realizadas, e segregados no circulante e não circulante de acordo com a expectativa de realização.

2.8 - Investimentos

A participação em sociedade controlada é avaliada pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo. Os investimentos na Detenpar, cujo único saldo mantido é um ativo com a própria Companhia (Nota 8 (a)), não foi consolidado pelo fato da mesma estar sem operação. O único efeito de uma eventual consolidação seria a eliminação do saldo de investimento, em contra-partida do referido passivo mantido pela Companhia com a investida (Nota 9 (a)).

2.9 - Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem as fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e quando o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A Companhia efetuou, em 2010, o estudo sobre a vida útil econômica dos bens e valores registrados no ativo imobilizado e avaliou e efetuou a adequação das taxas em função da vida útil remanescente dos bens de acordo com o previsto no item 7 do ICPC 10 (Nota 10 (a)).

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações	60
Máquinas e equipamentos	22 - 30
Veículos	10
Móveis e utensílios	20

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, quando necessário, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se for maior do que este último (Nota 10 (a)).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos/(perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

2.10 - Intangível

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável (Nota 10 (b)).

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso.
 - A administração pretende concluir o *software* e usá-lo.
 - O *software* pode ser usado.
 - Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros.
 - Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar o *software*.
 - O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.
- Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 10 (b).

2.11 - Diferido

Corresponde, principalmente, a despesas pré-operacionais, amortizadas pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na Nota 11. A Companhia optou por manter o saldo do diferido existente em 31 de dezembro de 2008, até sua completa realização. O diferido estará sujeito a análise periódica de seu valor recuperável, conforme disposição do item 20 do CPC 13 - Adoção inicial da Lei nº 11.638/07.

2.12 - Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.13 - Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos apresentados referem-se a Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC) e Adiantamento de Contrato de Exportação (ACE), em moeda estrangeira (dólar estadunidense), com taxas de juros que variam de 0,59% a 1,5% a.a.. Tais adiantamentos estão relacionados às exportações realizadas (Nota 13).

2.14 - Provisão para contingência

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e impostos indiretos) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

2.15 - Imposto de renda corrente e diferido

As despesas de imposto de renda do período compreendem os impostos correntes e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na extensão em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos tributários são calculados com base na legislação fiscal vigente, com alíquota de imposto de renda de 15%, acrescido, do adicional de 10%. A Companhia não é contribuinte da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (Nota 14 (d)).

A Companhia gozou de benefícios fiscais de isenção do imposto de renda até 31 de dezembro de 2007, sobre o lucro da exploração decorrente da produção industrial relativa à capacidade de 175.200 toneladas/ano de LAB – Alquilbenzeno Linear e 80.000 toneladas/ano de LAS – Linear Alquilbenzeno Sulfonado. A administração da Companhia está pleiteando o benefício de redução do imposto de renda no percentual de 12,5% para 2009 a 2013, e aguarda decisão do processo em análise pela SUDENE.

O imposto de renda diferido foi reconhecido considerando a alíquota vigente sobre as diferenças temporárias, na extensão em que sua realização/exigibilidade seja provável (Notas 16 (b) e (c)).

2.16 - Benefícios a empregados
(a) Benefícios pós-emprego

Os benefícios pós-emprego são contabilizados com base nos cálculos efetuados por atuários independentes, baseados em premissas fornecidas pela Companhia.

(b) Participação nos lucros

A participação dos empregados e administradores no resultado é provisionada com base em metas operacionais, sendo que tais valores estão sujeitos à aprovação de Assembleia Geral Ordinária.

2.17 - Bonificações e comissões a pagar

As bonificações e comissões são contabilizadas pelo regime de competência com base nas compras efetuadas pelos clientes, de acordo com as condições comerciais contratadas.

2.18 - Apuração do resultado

O resultado do exercício é apurado pelo regime de competência. A receita compreende o valor presente pela venda de mercadorias e é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade das mercadorias são transferidos para o comprador. A Companhia adota como política de reconhecimento de receita, portanto, a data em que o produto é entregue ao comprador.

2.19 - Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é registrado no patrimônio líquido como dividendo adicional proposto e somente é provisionado na data em que aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária.

2.20 - Reclassificações de informações comparativas

Em 31 de dezembro de 2009, gastos com distribuição de produtos no montante de R\$ 24.241, classificados como custo das vendas, foram reclassificados para despesas com vendas, para fins de apresentação, considerando a natureza de tais gastos.

3. Gestão de risco financeiro
3.1 - Fatores de risco financeiro

A Companhia participa em operações com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalente de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações, suprir as necessidades eventuais de caixa, garantir o fornecimento de matéria-prima e manter seu endividamento em níveis compatíveis.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulantes têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a doze meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, inclusive as taxas de remuneração contratadas, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. A administração dos riscos envolvidos nessas operações é efetuada através de mecanismos do mercado financeiro que minimizam a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo seu patrimônio. A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

(a) Risco de taxa de câmbio

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía ativos e passivos denominados em dólares estadunidenses nos montantes de R\$ 24.742 e R\$ 28.778 (2009 - R\$ 10.570 e R\$ 13.300), respectivamente, não tendo contratado instrumento para proteger essa exposição nessa data.

Em 31 de dezembro de 2010, se o real tivesse variado em torno de 10% em relação ao dólar, sendo mantidas todas as outras variáveis constantes, o lucro do exercício antes do cálculo do imposto de renda teria variação de R\$ 404 (2009 - R\$ 273), para mais ou para menos, principalmente em decorrência de ganhos/perdas cambiais sobre a conversão de contas a receber de clientes e fornecedores em dólares.

(b) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia está intimamente ligada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

(c) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as referidas taxas, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade das mesmas.

(d) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que tenha caixa suficiente para atender as necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer a margem necessária conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia mantinha aplicações em CDB's de curto prazo de R\$ 83.464 (2009 - R\$ 258.325), e se espera que gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

3.2 - Instrumentos financeiros por categoria

	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Total
Ativos financeiros			
Ativo, conforme o balanço patrimonial			
31 de dezembro de 2009			
Contas a receber de clientes	107.711	-	107.711
Ativos financeiros mensurados a valor justo através do resultado	-	258.325	258.325
Caixa e equivalentes de caixa	<u>1.078</u>	<u>-</u>	<u>1.078</u>
	<u>108.789</u>	<u>258.325</u>	<u>367.114</u>
31 de dezembro de 2010			
Contas a receber de clientes	66.979	-	66.979
Ativos financeiros mensurados a valor justo através do resultado	-	83.464	83.464
Caixa e equivalentes de caixa	<u>2.714</u>	<u>-</u>	<u>2.714</u>
	<u>69.693</u>	<u>83.464</u>	<u>153.157</u>
Passivos financeiros			
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
31 de dezembro de 2009			
Empréstimos e financiamentos			13.300
Fornecedores e outras obrigações (i)			<u>262.442</u>
			<u>275.742</u>
31 de dezembro de 2010			
Empréstimos e financiamentos			28.316
Fornecedores e outras obrigações (i)			<u>36.040</u>
			<u>64.356</u>
Outros passivos financeiros			
(i) Composto por Fornecedores, Bonificações e comissões a pagar, Obrigações tributárias, Impostos parcelados e Obrigações trabalhistas.			
3.3 - Caixa e equivalentes de caixa			
	2010	2009	
Recursos em banco e em caixa	2.714	1.078	
Depósitos bancários de curto prazo	83.464	-	
	<u>86.178</u>	<u>1.078</u>	

Continua >>>


NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2010 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

>>> Continuação

A Companhia busca manter um volume de aplicações financeiras suficientes para fazer frente: (i) à sua necessidade de capital de giro; (ii) aos investimentos orçados no plano de negócios; e (iii) a eventuais condições adversas resultantes de decisões judiciais.

No ano de 2010, foram utilizados o montante de R\$ 58.917 para pagamento de dividendos e o montante de R\$ 243.287 para pagamento de impostos parcelados, nos termos da Lei nº 11.941/09 e MP 470 (Nota 14 (a)).

4. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários ("TVM"), em 2009, são instrumentos financeiros classificados como mantidos para negociação, e referem-se, na sua maioria, a operações de renda fixa em moeda nacional, com vencimentos originais em prazos superiores a 90 dias, indexadas à variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros ("CDI") e Certificados de Depósitos Bancários ("CDB"), com liquidez imediata.

Até 2009, apesar de sua liquidez imediata, essas aplicações financeiras foram classificadas como TVM, face a intenção da administração em mantê-las num nível suficiente para cobrir os pagamentos das contingências/impostos parcelados até então existentes.

5. Contas a receber de clientes

	2010	2009
Clientes no país	43.591	98.061
Clientes no exterior	24.742	10.570
Provisão para devedores duvidosos	(1.354)	(920)
	<u>66.979</u>	<u>107.711</u>

Do saldo a receber de clientes no exterior, em 31 de dezembro de 2010, o montante de R\$ 736 (2009 - R\$ 265) refere-se a partes relacionadas (Nota 8).

8. Saldos e transações com partes relacionadas
(a) Transações e saldos

	Ativo Circulante		Passivo - Não circulante		Vendas de produtos		Matérias-primas adquiridas	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Acionistas e controlada:								
Cepsa Química S.A. (Nota 5)	736	265	-	-	1.882	899	151.083	93.644
Detenpar Empreendimentos Ltda. ("Detenpar")	-	-	3.756	3.757	-	-	-	-
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	-	-	-	-	-	-	122.320	111.831
	<u>736</u>	<u>265</u>	<u>3.756</u>	<u>3.757</u>	<u>1.882</u>	<u>899</u>	<u>273.403</u>	<u>205.475</u>

Em vendas de produtos são apresentadas as transações relativas à venda de ALP - Alquilado Pesado. Em clientes e matérias-primas adquiridas são apresentados os saldos e os montantes pagos, respectivamente, na aquisição de Normal Parafina e Enxofre para a fabricação dos tensoativos, detergentes biodegradáveis e produtos químicos em geral, produzidos pela Companhia. Os saldos mantidos em mútuo não são remunerados.

(b) Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal chave da administração inclui os diretores e membros do comitê executivo. A remuneração paga por serviços de empregados no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foi de R\$ 2.607 (2009 - R\$ 2.721).

Adicionalmente, foram pagos aos diretores valores a títulos de participação nos resultados, no montante de R\$ 788 (2009 - R\$ 572) que estão apresentados na rubrica de Participação dos empregados e administradores nos resultados, na demonstração do resultado.

9. Investimentos

	2010	2009
Investimento em controlada (a) e (b)	3.762	3.763
Outros investimentos avaliados ao custo (c)	184	1.576
	<u>3.946</u>	<u>5.339</u>

10. Imobilizado e Intangível

(a) Imobilizado	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Outros	Total em operação	Obras em andamento	Imobilizado total
Saldos em 31 de dezembro de 2008	1.773	6.882	70.847	230	659	2.188	82.579	4.509	87.088
Aquisições	-	5	27	-	69	4.140	4.241	8.168	12.409
Baixas líquidas	-	-	-	-	-	(1)	(1)	-	(1)
Transferências (Notas 10 (b) e 11)	-	135	12.289	80	108	(3.920)	8.692	(9.027)	(335)
Depreciação	-	(481)	(10.953)	(78)	(118)	(11)	(11.641)	-	(11.641)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	<u>1.773</u>	<u>6.541</u>	<u>72.210</u>	<u>232</u>	<u>718</u>	<u>2.396</u>	<u>83.871</u>	<u>3.650</u>	<u>87.521</u>
Custo total	1.773	13.063	243.999	782	2.524	5.606	267.747	3.650	271.397
Depreciação acumulada	-	(6.522)	(171.789)	(550)	(1.806)	(3.210)	(183.876)	-	(183.876)
Valor residual	<u>1.773</u>	<u>6.541</u>	<u>72.210</u>	<u>232</u>	<u>718</u>	<u>2.396</u>	<u>83.871</u>	<u>3.650</u>	<u>87.521</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2009	1.773	6.541	72.210	232	718	2.396	83.871	3.650	87.521
Aquisições	-	5	95	-	46	5.598	5.744	5.022	10.766
Baixas líquidas	-	-	(79)	-	(2)	-	(81)	-	(81)
Transferências (Nota 10 (b))	-	465	8.101	-	189	(5.529)	3.226	(3.421)	(195)
Depreciação	-	(263)	(9.851)	(28)	(69)	(10)	(10.221)	-	(10.221)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>1.773</u>	<u>6.748</u>	<u>70.476</u>	<u>204</u>	<u>882</u>	<u>2.455</u>	<u>82.539</u>	<u>5.251</u>	<u>87.790</u>
Custo total	1.773	13.534	251.885	782	2.743	5.675	276.392	5.251	281.643
Depreciação acumulada	-	(6.786)	(181.409)	(578)	(1.861)	(3.220)	(193.853)	-	(193.853)
Valor residual	<u>1.773</u>	<u>6.748</u>	<u>70.476</u>	<u>204</u>	<u>882</u>	<u>2.455</u>	<u>82.539</u>	<u>5.251</u>	<u>87.790</u>
Taxas anuais de depreciação em 2009 - %		4	5	20	5	Até 4			
Taxas anuais de depreciação em função da vida útil em 2010 - %		2	4	10	3	Até 2			

A depreciação do exercício alocada ao custo de produção é de R\$ 10.137 (2009 - R\$ 11.279) e a despesas, R\$ 84 (2009 - R\$ 362).

A Companhia efetuou a baixa pela venda de ativos imobilizados, cuja receita de vendas foi de R\$ 54 (2009 - ganho de R\$ 101), registrada na rubrica de Outras despesas operacionais, líquidas, no resultado do exercício. As obras em andamento correspondem, principalmente, a melhorias operacionais para aumento da vida útil-econômica das máquinas e equipamentos, projetos nas áreas de manutenção e produção, além de programas nas áreas de saúde, tecnologia e segurança, cujos prazos de encerramento médios estão previstos para 31 de dezembro de 2011.

A Companhia adota como prática contábil o registro dos gastos com paradas programadas para manutenção diretamente no custo de fabricação quando realizadas, visto que as mesmas são efetuadas anualmente. No exercício de 2010, foi alocado ao resultado o montante de R\$ 3.904 (2009 - R\$ 3.924) relativos à respectiva parada.

O parque industrial da Companhia está em plena capacidade de funcionamento, com perspectiva de continuidade a longo prazo.

Continua >>>

6. Estoques

	2010	2009
Produtos acabados	31.074	25.262
Produtos em processo	729	1.024
Matérias-primas	17.143	10.512
Almoxarifado	2.183	1.840
Importações em andamento	109	228
Adiantamento a fornecedores	2.512	1.937
Materiais secundários	2.814	2.817
	<u>56.564</u>	<u>43.620</u>

O custo dos estoques reconhecidos como despesas e incluídos em "Custo das vendas" totalizou R\$ 422.679 (2009 - R\$ 380.296).

7. Impostos e contribuições a recuperar

	2010	2009
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS")	2.644	1.224
ICMS sobre ativo imobilizado	821	457
Imposto de renda ("IR")	2.837	12.099
IR retido na fonte sobre aplicações financeiras		3.710
PIS a recuperar	167	61
COFINS a recuperar	768	283
Outros	413	321
	<u>7.650</u>	<u>18.155</u>
Circulante	(6.911)	(17.777)
Não Circulante	739	378

(a) Informações sobre o investimento em controlada - Detenpar

	2010	2009
Quantidade de quotas possuídas (em milhares)	1.328.913	1.328.913
Participação no capital integralizado	100%	100%
Patrimônio líquido ajustado	3.762	3.763
Prejuízo do exercício	(1)	(29)

(b) Movimentação do investimento em controlada - Detenpar

	2010	2009
Saldo do investimento no início do exercício	3.763	3.792
Equivalência patrimonial	(1)	(29)
Saldo do investimento no final do exercício	<u>3.762</u>	<u>3.763</u>

A controlada Detenpar atualmente encontra-se com as atividades operacionais paralisadas. Os ativos desta controlada estão registrados a valores próximos aos de realização. A administração da Companhia avalia um novo objetivo social para essa controlada.

(c) Outros investimentos avaliados ao custo

Refere-se basicamente a investimentos provenientes de incentivos fiscais de apoio a cultura no montante de R\$ 1.398, em 31 de dezembro de 2009.

Em 31 de dezembro de 2010, considerando que o resultado econômico de exibição do filme foi baixo em relação ao investimento realizado, a geração de caixa foi negativa. Como não existe previsão de fluxo de caixa positivo futuro e mercado secundário/ativo para valorização/negociação das cotas do filme, a Companhia constituiu provisão para perda no valor integral do referido investimento, registrada no resultado do exercício.


NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Em 31 de dezembro de 2010 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

>>> Continuação

(b) Intangível

	Softwares
Saldos em 31 de dezembro de 2008	4.849
Aquisições	539
Transferência entre ativos (Nota 10 (a))	335
Amortização	(591)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	5.132
Custo total	7.144
Amortização acumulada	(2.012)
Valor residual	5.132
Saldos em 31 de dezembro de 2009	5.132
Aquisições	653
Transferência entre ativos (Nota 10 (a))	195
Amortização	(1.765)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	4.215
Custo total	6.184
Amortização acumulada	(1.969)
Valor residual	4.215
Taxas anuais de amortização em função da vida útil em 2010	Até 10%

A amortização do exercício alocada ao custo de produção é de R\$ 832 (2009 - R\$ 31) e a despesa, R\$ 933 (2009 - R\$ 560).

11. Diferido

	Gastos de implantação
Saldos em 31 de dezembro de 2008	612
Amortização	(151)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	461
Custo total	1.032
Amortização acumulada	(571)
Valor residual	461
Saldos em 31 de dezembro de 2009	461
Amortização	(103)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	358
Custo total	1.032
Amortização acumulada	(674)
Valor residual	358
Taxas anuais de amortização - %	10

A amortização do exercício alocada ao custo de produção é de R\$ 48 (2009 - R\$ 150) e a despesa, R\$ 55 (2009 - R\$ 1).

12. Fornecedores

	2010	2009
Fornecedores nacionais	6.003	7.923
Fornecedores estrangeiros	462	-
	6.465	7.923

13. Empréstimos e financiamentos

Moeda Estrangeira	Encargos financeiros	2010	2009
Capital de giro			
ACC - Adiantamento de contrato de câmbio	U.S. Dólar + juros de 0,59 a 1,50% a.a.	27.766	13.300
ACE - Adiantamento de contrato de exportação	U.S. Dólar + juros de 0,59 a 1,50% a.a.	550	-
		28.316	13.300

14. Provisão para contingências e depósitos judiciais

A Companhia questiona judicialmente a legalidade da cobrança de determinados impostos e contribuições incidentes sobre suas operações, bem como de processos de natureza trabalhista. Com base no posicionamento dos seus assessores jurídicos externos, a Companhia, em 31 de dezembro de 2010, mantém provisão para perdas prováveis com estes processos, em montantes considerados suficientes. A Companhia mantém ainda depósitos judiciais para fazer face a estes processos, os quais são atualizados pela taxa SELIC, conforme demonstrado a seguir:

	Depósitos judiciais		Provisão para contingências	
	2010	2009	2010	2009
Cíveis e trabalhistas	711	641	747	747
IPI - Crédito sobre insumos (a)	-	-	573	8.599
IPI e Imposto sobre importação ("II") sobre importações de catalisadores (c)	969	944	532	525
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (d)	32.912	31.363	-	-
PIS compensado com IPI / PIS LC 07/70 (f)	6.139	5.690	-	-
COFINS compensado com IPI (a)	824	824	-	-
	41.555	39.462	1.852	9.871

(a) IPI - Crédito sobre insumos

Em outubro de 2009, a administração da Companhia em conjunto com seus assessores jurídicos, fizeram uma reavaliação quanto às possibilidades de desfecho do processo no STF, tendo em vista os benefícios dispostos na Medida Provisória 470, de 13 de outubro de 2009, e decidiu por desistir do processo e efetuar o pagamento dos débitos em doze parcelas mensais, vencendo a primeira em novembro de 2009, com desconto de 90% nos juros de mora.

Até 28 de novembro de 2009, a Companhia mantinha registrado no passivo não circulante o montante de R\$ 382.106, referente a provisão para contingência relacionada à compensação do IPI de competência do período de janeiro de 2003 a setembro de 2009, incluindo juros. Não havia provisão de multa, uma vez que a administração da Companhia entendia que, caso a decisão final fosse favorável a União, não haveria incidência.

Consequentemente, em função do referido desconto nos juros de mora, a Companhia obteve um ganho pela reversão da provisão de juros, no montante de R\$ 103.098, apropriado ao resultado do exercício de 2009, na mesma rubrica onde originalmente foi registrada, como despesas financeiras (Nota 18).

Adicionalmente, também foi apropriada ao resultado do exercício de 2009 a reversão da provisão de multas aplicadas pela Secretaria da Receita Federal ("SRF"), sobre as compensações de crédito de IPI com outros tributos (PIS, COFINS e IRPJ), na mesma rubrica onde originalmente foi registrada (Outras despesas operacionais, líquidas), no montante de R\$ 2.420.

Em 2009, foi efetuado um depósito judicial no montante de R\$ 824, referente à COFINS compensada com IPI, e conforme informado, a Companhia desistiu da ação e solicitou conversão em renda da União, conforme disposições da MP 470/09.

O valor do parcelamento foi transferido para o passivo circulante cujo saldo no final de 2009 era de R\$ 233.487. Em 2010, foi integralmente liquidado o valor atualizado de R\$ 243.287, remanescendo um saldo de R\$ 573, a ser compensado com os respectivos depósitos judiciais de PIS e COFINS, compensados com IPI, quando da homologação final do parcelamento pela SRF.

(b) Fundo de Investimento Social - FINSOCIAL

A Companhia mantinha provisionado até outubro de 2009 o montante de R\$ 46.773, referente a auto de infração de cobrança da COFINS, pela falta ou insuficiência de recolhimento relativo aos exercícios de 1999 a 2001, no valor de R\$ 41.560, para o qual havia sido interposta defesa administrativa.

Em função dos dispositivos da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, a administração da Companhia, em conjunto com seus assessores jurídicos, fizeram uma reavaliação quanto às possibilidades de êxito dessa demanda jurídica e decidiram por liquidar o processo e efetuar o pagamento à vista, no montante de R\$ 24.392, com desconto de 100% das multas de mora e de ofício e 45% dos juros de mora, o que gerou um ganho de R\$ 22.381, pela reversão de parte da provisão de multa e juros apropriada ao resultado do exercício de 2009, na rubrica de Outras despesas operacionais, líquidas.

(c) IPI e II sobre importações de catalisadores

A Companhia discute judicialmente a incidência de Imposto sobre Produtos Industrializados e Imposto de Importação sobre a importação de catalisadores enviados para regeneração no exterior. Nesse sentido, efetuou depósitos judiciais dos valores devidos, que até 31 de dezembro de 2010 totalizam R\$ 969 (2009 - R\$ 944). A administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores legais, mantém provisão de R\$ 531 (2009 - R\$ 526), equivalente ao valor estimado de perda no processo.

(d) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

Em 2002, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") referente aos exercícios fiscais de 1997 a 2002, pelo não recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, que não foi realizado em função da Companhia ser beneficiária de sentença judicial transitada em julgado. A SRF alegou que tal sentença não mais resguardava a Companhia, e lavrou Autos de Infração no montante de R\$ 58.604, acrescido de multa e juros.

A Companhia protocolou defesa administrativa dirigida à Delegacia de Julgamento da Receita Federal e impetrou Mandado de Segurança com pedido de liminar, efetuando depósito judicial de R\$ 16.889, referente ao exercício fiscal de 2002, obtendo decisão favorável em primeira instância, visando evitar novas autuações por parte da Receita Federal, até decisão final dos autos em discussão. A União recorreu desta decisão, estando o processo em tramitação para apreciação do recurso.

Em 13 de junho de 2007, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") pelo não recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro, referente aos exercícios fiscais de 2002 a 2004, alegando que tal sentença não mais resguardava a Companhia, e para prevenir da decadência foi lavrado Auto de Infração no montante de R\$ 46.611, acrescido de multa isolada e juros.

Em 16 de fevereiro de 2009, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") pelo não recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro referente aos exercícios fiscais de 2005 a 2007, sob as mesmas alegações das autuações anteriores e para prevenir da decadência, no montante de R\$ 46.929, acrescido de multa isolada e juros.

Em 21 de junho de 2010, a Companhia voltou a ser autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") pelo não recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro referente ao exercício fiscal de 2008, sob as mesmas alegações das autuações anteriores e para prevenir da decadência, no montante de R\$ 18.499, acrescido de multa isolada e juros.

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo do depósito judicial atualizado é de R\$ 32.912 (2009 - R\$ 31.363). A administração da Companhia, com base na opinião de seus consultores jurídicos, não espera reversão da sentença judicial transitada em julgado que isentou a Companhia do recolhimento da referida contribuição para os exercícios fiscais de 1988 e anos subsequentes. Desta forma, não foi constituída provisão para fazer face a estes autos de infração nem para os exercícios não revisados pela fiscalização da Receita Federal.

(e) Contribuições Previdenciárias - INSS

A Companhia mantinha registrada até outubro de 2009 a provisão de R\$ 4.122, referente a auto de infração de INSS, do período de abril de 1999 a julho de 2005, para o qual havia sido interposto a defesa administrativa pela administração da Companhia.

Em função dos dispositivos da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, a administração da Companhia, em conjunto com seus assessores jurídicos, fizeram uma reavaliação quanto às possibilidades de êxito dessa demanda jurídica, e decidiram por liquidar o processo e efetuar o pagamento à vista, no montante de R\$ 15.231, do período lançado e não lançado pelo INSS, com desconto de 100% das multas de mora e de ofício e 45% dos juros de mora. Com o complemento da provisão, a Companhia apurou uma perda de R\$ 11.109, apropriada ao resultado do exercício de 2009, na rubrica de Outras despesas operacionais, líquidas.

(f) PIS compensado com IPI / PIS LC 07/70

Refere-se basicamente a depósito judicial efetuado em 28 de novembro de 2008, no montante de R\$ 4.910, como garantia no processo de Embargos de Execução impetrado pela Secretaria da Receita Federal, referente a cobranças de diferenças no recolhimento de PIS (Decretos Lei nº 2.448 e 2.449/98 versus LC 07/70) do período de março de 1993 a dezembro de 1996. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus consultores jurídicos, não espera perdas para esse processo, e não constituiu provisão para eventuais perdas provenientes desse processo. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo do depósito judicial atualizado é de R\$ 6.139 (2009 - R\$ 5.690).

15. Patrimônio líquido
(a) Capital autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$ 213.100.

(b) Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 213.056 em 31 de dezembro de 2010 e 2009, representado da seguinte forma (em lotes de mil ações):

	2010	2009
Ações ordinárias	96.973.174	96.973.174
Ações preferenciais Classe "A"	33.929	33.929
Ações preferenciais Classe "B"	2.320.666	2.320.666
	99.327.769	99.327.769

Em 20 de março de 2009, foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária, aumento de capital no valor total de R\$ 8.111 com emissão de 3.779.949 lotes de mil ações ordinárias e 1.323 lotes de mil ações preferenciais Classe "A", mediante capitalização da reserva de incentivo fiscal de imposto de renda conforme Lei nº 4.239/63, referente ao exercício de 2007.

(c) Direitos das ações

As ações preferenciais, sem direito a voto, têm prioridade na distribuição de dividendos não cumulativos, em dinheiro, até o limite de 6% ao ano, sobre o seu respectivo valor unitário. Aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído, em cada exercício social, um dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, calculado nos termos da legislação societária. As ações preferenciais Classe "B" não participarão dos lucros remanescentes, após o recebimento do dividendo mínimo.

Após o pagamento do dividendo às ações ordinárias, igual ao dividendo prioritário pago às ações preferenciais Classes "A" e "B", as ações Classe "A" participarão em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição do lucro remanescente e na distribuição de ações resultantes de reservas ou lucros.

É assegurada a prioridade no reembolso do capital às ações preferenciais Classes "A", no caso de dissolução da Companhia.

(d) Reserva de capital - Incentivo fiscal

Na hipótese de existir lucro decorrente das operações isentas, conforme benefícios fiscais descritos na Nota 2.15, até 31 de dezembro de 2007, o valor correspondente ao imposto de renda a pagar era debitado no resultado do exercício e creditado na reserva de capital, e somente poderá ser utilizado para aumento de capital ou para absorção de prejuízos acumulados.

O saldo da reserva existente em 31 de dezembro de 2008 foi utilizado para aumento de capital em março de 2009 (Nota 15 (b)).

(e) Reserva legal

Reserva constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a reserva legal foi adicionada em R\$ 3.127 (2009 - R\$ 6.644).

Continua >>>


NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Em 31 de dezembro de 2010 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

>>> Continuação

(f) Dividendos

Os dividendos pagos e propostos são demonstrados como segue:

	2010	2009
Lucro líquido do exercício	62.549	132.877
Constituição da reserva legal - 5%	(3.127)	(6.644)
Base de cálculo dos dividendos	59.422	126.233
Dividendos mínimos e obrigatórios:		
Ações ordinárias	14.552	31.249
Ações preferenciais Classe "A"	5	11
Ações preferenciais Classe "B" (i)	299	299
25% sobre a base de cálculo dos dividendos	14.856	31.558
Dividendos propostos, por lote de mil ações:		
Ações ordinárias - R\$ 0,609 (2009 - R\$ 1,298)	59.102	125.890
Ações preferenciais classe "A" R\$ 0,609 (2009 - R\$ 1,298)	21	44
Ações preferenciais classe "B" R\$ 0,128 (2009 - R\$ 0,128) (i)	299	299
	59.422	126.233
% sobre a base de cálculo	100%	100%
Dividendos intermediários	20.364	87.781
Dividendo a pagar, líquido de antecipações	28	129
Dividendos adicionais propostos	39.058	38.452

(i) Essa classe de ação faz jus apenas aos dividendos mínimos, conforme estatuto.

A administração da Companhia propôs a distribuição de dividendos adicionais em 2010 no montante de R\$ 39.058 (2009 - R\$ 38.452), registrado no patrimônio líquido, até a deliberação definitiva posterior em Ata de Assembleia Geral. Os dividendos mínimos foram incluídos nos dividendos intermediários, aprovados na Ata de Assembleia Extraordinária de 28 de setembro de 2010 e liquidados em 30 de setembro de 2010.

16. Imposto de renda
(a) Reconciliação da despesa do imposto de renda

Os valores de imposto de renda demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	2010	2009
Lucro antes do imposto de renda	84.088	178.394
Adições permanentes	3.148	2.813
Adições temporárias, líquido de (reversões)	(5.351)	(135.764)
Exclusões permanentes	(970)	(7)
Exclusões temporárias	(2.046)	(2.476)
Lucro real	78.869	42.960
Alíquota do imposto - %	25	25
Imposto à alíquota da legislação	19.717	10.740
Deduções fiscais	(49)	(54)
Outros	22	271
Imposto de renda sobre o lucro real	(19.690)	(10.957)
Imposto de renda sobre adições temporárias	(1.338)	(33.941)
Imposto de renda sobre exclusões temporárias	(511)	(619)

(b) Créditos tributários - Imposto de renda diferido

O imposto de renda diferido decorre das diferenças temporárias, principalmente atualização das provisões para contingências fiscais e está demonstrado no ativo não circulante conforme sua expectativa de realização.

O saldo do imposto de renda diferido ativo foi apurado com base no cálculo demonstrado a seguir:

	2010	2009
Adições ao resultado contábil decorrente de provisões temporariamente não dedutíveis	13.713	19.066
Alíquota - %	25	25
	3.429	4.767

A movimentação está demonstrada a seguir:

	2010	2009
Saldo no início do exercício	4.767	38.708
Adições	2.131	7.247
Baixas	(3.469)	(41.188)
	(1.338)	(33.941)
Saldo no fim do exercício	3.429	4.767

A administração da Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, estima que tal imposto será efetivamente realizado pela compensação/exclusões com lucros tributáveis futuros, principalmente quando da decisão dos processos judiciais em curso.

(c) Débitos tributários - Imposto de renda diferido

O imposto de renda diferido decorre da diferença temporária, relativa à atualização do depósito judicial da contribuição social sobre o lucro e outros (Nota 14), está demonstrado no passivo não circulante conforme sua expectativa de realização.

O saldo do imposto de renda diferido passivo foi apurado com base no cálculo demonstrado a seguir:

	2010	2009
Exclusões ao resultado contábil decorrente de variação monetária ativa não tributável	13.854	11.809
Alíquota - %	25	25
	3.463	2.952

A movimentação está demonstrada a seguir:

	2010	2009
Saldo no início do exercício	2.952	2.334
Adições	511	619
Saldo no fim do exercício	3.463	2.952

A administração da Companhia, fundamentada na expectativa de decisão final do processo judicial que discute as autuações da CSL, estima que tal imposto será efetivamente liquidado quando da referida decisão.

17. Receita

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2010	2009
Vendas brutas de produtos		
Mercado interno	773.347	697.408
Mercado externo	52.177	48.593
Impostos sobre vendas	(214.439)	(193.674)
Devoluções e bonificações	(47.617)	(44.452)
Receita líquida de vendas	563.468	507.875

18. Resultado financeiro
Despesas financeiras

	2010	2009
Variação monetária passiva	(9.806)	(31.925)
Variação cambial passiva	(750)	(5.320)
Ajuste em provisões para contingências (14 (a))	-	103.098
Despesas financeiras	(356)	(750)
	(10.912)	65.103

Receitas financeiras

	2010	2009
Receita de aplicações financeiras	13.861	38.797
Outras receitas financeiras	26	257
Variação monetária ativa	2.960	2.263
Variação cambial ativa	1.021	1.428
	17.868	42.745

19. Entidade de Previdência Privada - Fundo Multipatrocinado IHPREV

A Companhia contribui para um plano de benefícios previdenciários de seus empregados, o qual é administrado pelo Fundo Multipatrocinado IHPREV ("IHPREV").

A IHPREV tem como principal objetivo a complementação de benefícios assegurados e prestados pela Previdência Oficial. Para consecução de seus objetivos, a IHPREV recebe contribuições mensais das empresas mantenedoras e de seus participantes, calculadas atuarialmente com base na remuneração mensal dos empregados. As contribuições da Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, totalizaram R\$ 1.384 (2009 - R\$ 1.218).

Conforme disposição estatutária da IHPREV, até 1997 as empresas patrocinadoras são solidariamente responsáveis pelas obrigações contratadas pela Entidade com seus participantes e dependentes, calculados atuarialmente. Conforme Regulamento do Novo Plano de Previdência, a Companhia continua com as obrigações inerentes ao antigo plano de benefícios para os participantes assistidos (43 funcionários) e os participantes ativos remanescentes (5 funcionários). No Novo Plano de Contribuição Definida não existe essa obrigação (235 funcionários).

O plano de benefícios previdenciários foi avaliado atuarialmente e as principais premissas atuariais utilizadas (expressas por médias ponderadas) são demonstradas conforme segue:

	2010	2009
Taxa de desconto da obrigação atuarial	10,75%	11,50%
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano	10,75%	11,50%
Aumentos salariais futuros	5,55%	5,55%
Aumentos futuros de benefícios	4,50%	4,50%

Os valores justos, não auditados, dos ativos do plano, no montante de R\$ 9.415 (2009 - R\$ 9.882), foram apurados com base nos parâmetros de mercado existentes em 31 de dezembro de 2010, ou quando aplicável, pela projeção dos benefícios futuros derivados da utilização do ativo, descontado a valor presente.

Com base no parecer do atuário independente, com data de 12 de janeiro de 2011, foi apurado ativo atuarial, determinado pelo Método do Crédito Unitário Projetado, no montante de R\$ 1.705 (2009 - R\$ 3.015), conforme demonstrado a seguir:

	2010	2009
Ativo atuarial		
Valor presente da obrigação atuarial	7.710	6.867
Valor justo dos ativos do plano	9.415	9.882
Superávit do plano	1.705	3.015
Ganhos atuariais não reconhecidos	-	1.805
Mudança no efeito do limite do ativo	1.310	-

Como o regulamento do Plano de Benefício Definido não prevê que o ativo atuarial possa ser usado para reduzir contribuições futuras de patrocinadoras ou que possa ser reembolsado, a Companhia não efetuou qualquer registro relativo a esses ativos.

Até a presente data, as demonstrações financeiras da IHPREV, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, não estavam disponíveis, e a Companhia não foi solicitada a efetuar qualquer complementação das reservas técnicas, visto não existir déficits.

20. Cobertura de seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e suas operações, através da contratação de seguros na modalidade "all risks", com fixação de valor para dano máximo provável. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro com terceiros:

Ramos	Importância segurada
Responsabilidade civil	30.000
Multiriscos (estoques em poder de terceiros)	23.217
Riscos operacionais, incluindo os lucros cessantes	550.942
Responsabilidade civil administradores e diretores	17.500
Veículos	925

21. Adoção dos CPCs pela primeira vez
21.1 - Base da transição
(a) Aplicação dos CPCs 37 e 43

As demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações anuais em conformidade com os CPCs. A Companhia aplicou os CPCs 37 e 43 na preparação destas demonstrações financeiras.

A data de transição é 1º de janeiro de 2009. A administração preparou os balanços patrimoniais de abertura segundo os CPCs nesta data.

21.2 - Conciliação entre BR GAAP antigo e CPCs

Uma explicação sobre os ajustes nos balanços patrimoniais e as respectivas conciliações estão apresentadas a seguir.

(a) Dividendos

De acordo com o BR GAAP antigo, os dividendos são reconhecidos no final do exercício, ainda que os dividendos não tenham sido oficialmente declarados, o que ocorrerá no exercício seguinte. De acordo com as políticas contábeis novas, os dividendos são somente reconhecidos quando se constitui a obrigação legal. Dessa forma, qualquer pagamento acima do dividendo mínimo obrigatório proposto no exercício é registrado como dividendo adicional proposto no patrimônio líquido e somente é reconhecido no passivo circulante quando declarado em ata.

Continua >>>


NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Em 31 de dezembro de 2010 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

>>>Continuação

 Os efeitos em 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2009 são demonstrados a seguir.
21.3 - Conciliação do patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2009

Ativo	De acordo com BR GAAP antigo	De acordo com CPCs	Passivo e patrimônio líquido	De acordo com BR GAAP antigo	Efeito - Dividendos	De acordo com CPCs
Circulante			Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4.842	4.842	Fornecedores	6.825	-	6.825
Títulos e valores mobiliários	402.631	402.631	Empréstimos e financiamentos	605	-	605
Contas a receber de clientes	75.379	75.379	Bonificações e comissões a pagar	7.467	-	7.467
Estoques	72.503	72.503	Obrigações tributárias	9.616	-	9.616
Impostos e contribuições a recuperar	6.407	6.407	Obrigações trabalhistas	8.728	-	8.728
Outros ativos	2.040	2.040	Dividendos a pagar	60.427	(60.308)	119
			Outros passivos	1.838	-	1.838
	563.802	563.802		95.506	(60.308)	35.198
Não circulante			Não circulante			
Realizável a longo prazo			Imposto de renda diferido	2.334	-	2.334
Depósitos judiciais	37.121	37.121	Partes relacionadas	3.786	-	3.786
Almoxarifado	6.557	6.557	Provisão para contingências	402.179	-	402.179
Imposto de renda diferido	38.708	38.708		408.299	-	408.299
Impostos e contribuições a recuperar	285	285				
	82.671	82.671	Patrimônio líquido			
Investimentos	5.369	5.369	Capital social	204.945	-	204.945
Imobilizado	87.088	87.088	Reserva de capital	8.111	-	8.111
Intangível	4.849	4.849	Reserva de lucros	27.530	-	27.530
Diferido	612	612	Dividendo adicional proposto	-	60.308	60.308
	180.589	180.589		240.586	60.308	300.894
Total do ativo	744.391	744.391	Total do passivo e patrimônio líquido	744.391	-	744.391

21.4 - Conciliação do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2009

Ativo	De acordo com BR GAAP antigo	De acordo com CPCs	Passivo e patrimônio líquido	De acordo com BR GAAP antigo	Efeito - Dividendos	De acordo com CPCs
Circulante			Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	1.078	1.078	Fornecedores	7.923	-	7.923
Títulos e valores mobiliários	258.325	258.325	Empréstimos e financiamentos	13.300	-	13.300
Contas a receber de clientes	107.711	107.711	Bonificações e comissões a pagar	5.172	-	5.172
Estoques	43.620	43.620	Obrigações tributárias	5.726	-	5.726
Impostos e contribuições a recuperar	17.777	17.777	Impostos parcelados	233.487	-	233.487
Outros ativos	1.394	1.394	Obrigações trabalhistas	10.005	-	10.005
	429.905	429.905	Dividendos a pagar	38.581	(38.452)	129
			Outros passivos	1.590	-	1.590
Não circulante				315.784	(38.452)	277.332
Realizável a longo prazo			Não circulante			
Depósitos judiciais	39.462	39.462	Imposto de renda diferido	2.952	-	2.952
Almoxarifado	6.629	6.629	Partes relacionadas	3.757	-	3.757
Imposto de renda diferido	4.767	4.767	Provisão para contingências	9.871	-	9.871
Impostos e contribuições a recuperar	378	378		16.580	-	16.580
	51.236	51.236	Patrimônio líquido			
Investimentos	5.339	5.339	Capital social	213.056	-	213.056
Imobilizado	87.521	87.521	Reserva de lucros	34.174	-	34.174
Intangível	5.132	5.132	Dividendo adicional proposto	-	38.452	38.452
Diferido	461	461		247.230	38.452	285.682
	149.689	149.689	Total do passivo e patrimônio líquido	579.594	-	579.594
Total do ativo	579.594	579.594				

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
DOMINIQUE DE RIBEROLLES
 Presidente
IRUNDI SAMPAIO EDELWEISS
FEDERICO MOLINA FELIX
FERNANDO ITURRIETA GIL
PAULO CEZAR AMARO AQUINO
DJALMA RODRIGUES DE SOUZA
DIRETORIA
JOSÉ LUIS GONÇALVES DE ALMEIDA
 DIRETOR GERAL
SERGIO RODOLFO BARTOLINI SPIELER
 DIRETOR COMERCIAL
HILDEBRANDO JOSÉ CAMPOS GONSALES
 DIRETOR FINANCEIRO

CONTROLLER
SILVIO ROBERTO ROMÃO DA SILVA
 CRC - BA - 19.522/O-8 - TC

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da DETEN QUÍMICA S.A., em reunião realizada nesta data, cumprindo o que determinam os incisos II, III e VII do art. 163 da Lei nº 6.404/76, examinou as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, compreendendo o Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas e a Proposta da Administração para a Destinação do Resultado. Com base nos exames efetuados e considerando ainda o Parecer dos Auditores Independentes da PricewaterhouseCoopers, de 28 de janeiro de 2011, e entendendo que as peças acima citadas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e econômico-financeira da empresa, e que tais documentos estão em conformidade com as disposições legais e pertinentes à matéria, o Conselho Fiscal, por unanimidade de seus membros, opina favoravelmente ao encaminhamento dos referidos documentos, à Assembleia Geral de Acionistas, para aprovação.

Camaçari, 14 de março de 2011.

Henrique Dias Carneiro
Mario Antonio Nogueira
Fernando Antonio de Carvalho Paes de Andrade
José Elias da Silva
Patrícia Torres Vivone

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos administradores e Acionistas

Deten Química S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Deten Química S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar

os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Deten Química S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Salvador, 28 de janeiro de 2011



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" BA

Fábio Cajazeira Mendes
Contador
CRC 1SP196825/O-0 "S" BA